

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL
2014**

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

INTRODUÇÃO

Esta Direção, eleita em 2012, conclui nesta Assembleia Geral o seu mandato. Iniciou-o num quadro de crise internacional de direitos humanos – consequência da violência de conflitos que se eternizam, dos problemas de refugiados e deslocados, da incapacidade de resposta dos governos e instituições internacionais a essas situações, do desenvolvimento da crise económica e financeira, com efeito na vida e nos direitos sociais das populações, especialmente as mais vulneráveis. Três anos volvidos, não se pode dizer que a situação global se tenha desanuviado em nenhum destes aspetos, bem pelo contrário: a incerteza e a imprevisibilidade alargaram-se.

A Guerra Fria parece regressar sob outras formas, há forças convencionais envolvidas em conflitos noutros países (Ucrânia, Líbano), as fronteiras nacionais parece que podem ser transformadas sem cerimónia (Crimeia), as populações continuam em risco — em zonas de conflito, mas também em países aparentemente seguros (França, Dinamarca). Poderosos interesses económicos impõem-se aos Estados, ou participam de novas formas de exploração e violação de direitos. Novos atores políticos, bem armados e impostos pela força controlam territórios e populações (Nigéria, Iraque, Síria), violando impunemente todos os direitos, escarnecendo do sistema e do direito internacional estabelecidos, que, valha a verdade, também vai sendo posto em questão por governos e Estados que se comprometeram a respeitá-los – o regresso da tortura institucional “antiterrorista”, dos campos de detenção secretos, dos voos de rendição, dos métodos de intrusão eletrónica e de invasão da privacidade, de que o caso *Wikileaks* é um exemplo. A liberdade de imprensa é questionada, jornalistas e *bloggers* correm sérios perigos, por ação de agentes governamentais ou grupos extremistas armados.

A comunidade de Defensores de Direitos Humanos, da qual a Amnistia Internacional é parte essencial, corre riscos sérios num ambiente de insegurança e imprevisibilidade como este. Responder a estas, e outras ameaças é um desafio estratégico. A experiência da AI comprova que, se mobilizarmos a sociedade, podemos agir e transformar a realidade, defendendo as vítimas de violações, se conseguirmos passar a nossa mensagem através de campanhas eficazes com impacto social. A Amnistia Internacional está obrigada a mudar porque o mundo está em mudança. Nós queremos influenciar e transformar no sentido da Visão da AI, em que todos os direitos humanos possam ser usufruídos por todos.

Embora esta AGO vá debater as atividades desenvolvidas na secção no último ano – apresentadas adiante, neste Relatório – importa perspetivar o trabalho desta Direção, para que melhor se possa distinguir o que constitui o essencial das suas funções, a Governança (estratégica), não obstante a Direção ser, perante os membros, o órgão responsável pelo conjunto das atividades realizadas, incluindo as que dizem respeito à Gestão – prosseguida sob a coordenação da Diretora Executiva.

Um dos aspetos mencionados na discussão das Normas Fundamentais (*Core Standards*) com o *European Institutions Office* da AI (EIO), foi a chamada de atenção para a importância do Relatório de Atividades também contemplar elementos que revelem a dimensão estratégica do trabalho desenvolvido. Esta Introdução procura responder a essa preocupação.

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

Uma das prioridades desta Direção foi a preparação do Plano Estratégico em vigor (2013 – 2015), enquadrado numa perspetiva de envolvimento, transparência e participação dos membros, o que culminou com a sua aprovação na Assembleia Geral de 2013. Contámos com a participação de responsáveis do Secretariado Internacional (SI), do EIO e da secção espanhola, em *workshops* para responsáveis, ativistas e funcionários, que foram organizados sobre Planeamento Estratégico e Crescimento, Liderança, Governança e Planeamento Organizacional, Direitos Económicos, Sociais e Culturais e Relevância Local – temas relativamente originais na secção e que continuam a ter a maior importância.

As prioridades estratégicas estabelecidas focavam-se no alargamento dos direitos, com justiça e responsabilização; no impacte das políticas de austeridade no contexto da crise, incluindo os riscos de excessos de violência na sequência de possíveis manifestações de protesto; na advocacia de direitos humanos junto dos órgãos de Estado (entre outros, ratificação de tratados internacionais; participação junto de instituições que desenvolvem intervenção em áreas do nosso interesse – como discriminação, minorias, refugiados, crianças,...). As nossas ações visavam maior visibilidade, capacidade de intervenção e influência públicas, tendo sido escolhidos países e temas prioritários, projetada a Educação para os Direitos Humanos como área essencial, perspetivado o Desenvolvimento e Crescimento como metas essenciais – a nível interno, externo, de formação, de participação democrática de estruturas e de ativismo. Na situação de crise económica, apostámos sobretudo em mais ativismo, democracia interna e participação, reforço e crescimento de estruturas e na fidelização de membros, para prevenir o risco de grande redução de associados, o que só em parte foi conseguido. E preparámos as bases de um Plano de Crescimento, de que falaremos nesta AGO e que constituirá uma das prioridades do futuro Plano Estratégico (2016/19).

Visou-se maior integração nas prioridades e campanhas do movimento internacional, na participação nos processos de consulta internacional do movimento (objetivos estratégicos, reforma da governança, normas fundamentais/*Core Standards*, trabalho sexual), na colaboração e intercâmbio com órgãos internacionais (SI, EIO) e secções (Espanha, Suíça, em questões procedimentais e de campanhas; Itália, Irlanda, Polónia, como parceiros de um projeto internacional *Daphne III* em Educação para os Direitos Humanos). A secção pôde contar com a colaboração de responsáveis internacionais em variadas e regulares iniciativas, como debates, seminários de formação, preparação de campanhas, sessões públicas; obtivemos também a colaboração do Secretariado Internacional que se revelou disponível para enviar responsáveis seus para trabalharem connosco durante períodos de licença de funcionários, como aconteceu com a substituição da Diretora Executiva por Frida Kruijt (e, que durante algum tempo continuou, como Vice Diretora) e, Thomas Holland, que substituiu em 2014 a Diretora de Angariação de Fundos; fomos uma das secções convidadas pelo EIO para aqui ser feita uma avaliação sistemática da aplicação das Normas Fundamentais da AI (*Core Standards*), na qual participaram os corpos sociais, a direção, Presidente e Diretora Executiva, funcionários – e o processo de implementação e institucionalização das Normas Fundamentais deverá prosseguir, o que discutiremos noutros momentos desta Assembleia. Tivemos a honra de receber no ENAI de 2014 Salil Shetty, o Secretário-Geral da AI, o que constituiu um momento muito alto de afirmação pública, institucional e mediática da secção – recorde-se que uma visita desta

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

natureza só acontecera por duas vezes (1961 e 1997). *Last, but not least*, pela primeira vez, a secção portuguesa pôde fazer um empréstimo ao Secretariado Internacional no valor de 150 mil euros, retribuindo, desta forma, o apoio de que fomos beneficiários no passado.

As campanhas desenvolvidas sobre indivíduos em risco constituíram uma das prioridades estratégicas neste período, de que destacamos a Maratona de Cartas, quase duplicando, em cada ano, o número de assinaturas recolhidas, que superou as 145 mil em 2014, o que constitui um orgulho para nós e um exemplo destacado pelo movimento internacional. Algumas ações públicas realizadas, em colaboração com os grupos, são um exemplo a seguir, como aconteceu com o convite ao Defensor de Direitos Humanos Ponciano Mbonio Nvó, por ocasião da Cimeira da CPLP em julho de 2014, em que viria a ser aprovada a adesão da Guiné Equatorial, e em que o Grupo 19/Sintra, teve um papel fundamental. Os Encontros de Estruturas, que passaram a ser articulados com a realização do Conselho Geral, deram especial atenção às campanhas principais (“O Meu Corpo, os Meus Direitos” e “STOP Tortura!”), tendo contado com a animação de convidados estrangeiros. Procurou-se responder positivamente às solicitações de apoio a iniciativas das estruturas, embora nem sempre no tempo e nas condições propostas. A preparação de um modelo que favoreça melhores condições de acesso a financiamento das estruturas foi iniciada, mas não concluída.

O forte impacto de algumas das nossas ações não pode ser desligado da atenção que foi dada ao trabalho junto dos media e a aposta no recurso às plataformas digitais e às redes sociais – através do *site* (cuja renovação está em estudo), do *Facebook* e do *Twitter*. A revista, renovada e com novo título, *AGIR pelos direitos humanos*, também constitui um exemplo de uma imagem atraente e exigente.

Aspeto essencial das nossas campanhas é que elas não se limitem a ações de denúncia, mas incluam dimensões de prevenção de violações, de promoção de direitos humanos, de sensibilização e formação, de relações com o Estado, sejam elas de colaboração institucional em áreas de interesse para a AI, de advocacia das nossas posições, ou de lóbi em matéria legislativa, ou de diálogo com instituições relevantes.

A secção está institucionalmente representada no Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão de consulta e apoio da Provedoria de Justiça, estabelecida no âmbito da Convenção contra a Tortura e outras penas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes; na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial do Alto Comissariado para as Migrações; junto da CIG, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; participa regularmente na Comissão Nacional dos Direitos Humanos. Participou em audiências parlamentares, como a que decorreu na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias a propósito da Lei do Asilo. Não deixou de se pronunciar sobre iniciativas legislativas polémicas (coadoção de crianças por casais do mesmo sexo) e participou ativamente no processo da Revisão Periódica Universal (UPR), exame das Nações Unidas à situação dos direitos humanos no nosso país.

Só a credibilidade e a maturidade conseguidas pela secção justificam que a nossa colaboração com o Estado prossiga, apesar de nos termos pronunciado sobre a necessidade de um inquérito à

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

possível associação com os voos de rendição da CIA, sobre o uso excessivo de força e abusos policiais, ou as más condições prisionais existentes, a discriminação de comunidades ciganos, ou desalojamentos forçados. A colaboração, neste período, em ações de formação para Inspetores Estagiários da Polícia Judiciária, Guardas Prisionais, cursos de Investigação Criminal para Oficiais da GNR, constituem bons exemplos do equilíbrio e confiança conseguidos.

Aspeto que importa destacar é termos podido fazer uma contratação, em tempo parcial, e depois em tempo integral, para as Relações Institucionais e Política Externa, que acompanha atentamente a agenda e as responsabilidades do Estado português, especialmente agora, em que passou a integrar o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Junto de outras instituições da sociedade civil também foram prosseguidas iniciativas regulares. A AI faz parte do Secretariado da Comissão de Acompanhamento do programa Sociedade Civil (RTP2) e procurou aprofundar parcerias com entidades relevantes (alguns grupos locais aproveitaram positivamente essa possibilidade) e promover debates públicos na sequência de protocolos com Universidades, de que se destaca o Curso de Direitos Humanos, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (em 2014 o curso foi sobre “Crise Económica e Crise de Direitos Humanos”), os ciclos de debate/formação sobre os direitos da criança, com a ESE/IPL, cursos de formação sobre direitos humanos (em colaboração com a NSIS, *Network for Strategic and International Studies*), as ações das “Cidades pela Vida, Cidades Contra a Pena de Morte” (com a Comunidade de Santo Egídio), o ciclo de debates para a Biblioteca Museu República e Resistência, a participação e atribuição do Prémio Amnistia Internacional no Festival de Cinema Independente (Indielisboa, em colaboração com a Fundação Serra Henriques), entre muitas outras que seria possível referir, incluindo as que são desenvolvidas em áreas específicas, como é o caso do Cogruppo sobre os Direitos das Crianças. Em todas elas procuramos ser abertos e exigentes, como é próprio da cultura da AI.

A Direção esforçou-se para conseguir uma nova sede, maior, mais bem situada e equipada para permitir fazer reuniões, realizar ações de formação, atrair membros, dar resposta aos desafios colocados no seu mandato. E, sobretudo, assegurar as melhores condições de trabalho para os/as funcionários/as do Secretariado Nacional.

Em relação a estes, logo no início do mandato, foi encomendada a uma entidade externa um estudo sobre a situação laboral e remuneratória na secção, incluindo *benchmark* relativamente a outras secções e ONG. Dele decorreram decisões diretas visando prevenir injustiças e obter um melhor equilíbrio salarial interno, tendo também em consideração os valores praticados externamente.

Também se procurou implementar sistematicamente boas práticas de gestão, como o recurso sistemático, exigente e transparente nos concursos, bem como boas práticas de participação e debate com os trabalhadores e as suas estruturas representativas. Foi iniciada e concluída a primeira fase da avaliação de desempenho e desenvolvimento dos trabalhadores, após amplo debate e participação.

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

Apesar de este constituir um processo eminentemente centrado na Gestão (responsabilidade da Diretora Executiva), a Direção participou no mesmo por este ser novo na secção – e também estratégico, nesta fase.

Para tudo isto é preciso ter dinheiro para o fazer. A angariação de fundos continuou a ser uma das áreas prioritárias de intervenção, procurando dar respostas à crise, à concorrência de outras associações e preparando novas formas de financiamento da organização – aspeto a concretizar no futuro Plano de Crescimento.

Muito se conseguiu, mas muito continua por fazer.

A Direção que agora termina o seu mandato teve duas baixas em 2014, Luís Braga e Joana Gomes Cardoso, que se demitiram por razões diferentes e respeitáveis, mas nenhum deles saiu em rutura, continuando a ser ativistas, com que a secção continuará a contar. Qualquer deles desenvolveu uma atividade muito relevante que merece ser destacada e estão associados ao que foi feito de melhor e merecem o reconhecimento de todos nós.

Algumas críticas foram apresentadas a esta Direção em Conselhos Gerais, Encontros de Estruturas e mensagens pessoais. A Direção agradece essas críticas, a colaboração e o empenhamento de todos.

Sublinha a importância vital da Diretora Executiva, Teresa Pina, pelo empenho, seriedade, competência e sentido de compromisso que imprimiu em toda a sua atividade. Esse agradecimento é alargado a todo o pessoal do Secretariado Nacional, que assegura, quotidianamente, que a voz da AI seja um instrumento fundamental de mudança, pelos direitos humanos.

1. ESTRUTURAS, O PALCO DO NOSSO ATIVISMO!

Em 2014, foram criadas sete novas Estruturas, todas elas Grupos de Estudantes. Dois dos grupos nasceram no ensino superior, o Grupo de Estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e o Grupo de Estudantes da Universidade do Algarve. Os outros, no ensino secundário: o Grupo de Estudantes do Agrupamento de Escolas Dr. Serafim Leite, em S. João da Madeira, o Grupo de Estudantes do Centro de Estudos de Fátima, o Grupo de Estudantes da Escola Básica e Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, o Grupo de Estudantes da Escola Secundária de São João do Estoril e o Grupo de Estudantes da Escola Secundária José Saramago, em Mafra.

Dois Núcleos Locais solicitaram a passagem a Grupo, fruto do excelente trabalho desenvolvido ao longo da sua curta existência como Estruturas da AI Portugal. Trata-se dos Grupo Local 35/ Coimbra e do Grupo Local 36/ Chaves.

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

Assim, em finais de 2014, a AI Portugal contava com 43 Estruturas ativas, com a seguinte distribuição:

Tipo de Estrutura	
Cogruppo	2
Núcleo/Grupo Sectorial	4
Núcleo/Grupo Local	15
Grupo de Estudantes (Ensino Básico e Secundário)	16
Grupo de Estudantes (Ensino Superior)	6
Total	43

Campanhas e Ações das Estruturas

- **O Cogruppo da China** manteve o seu trabalho de monitorização e ação sobre a situação de direitos humanos no país, intervindo em casos individuais, mantendo contatos regulares com a comunicação social, bem como continuando disponível para assegurar ações de Educação para os Direitos Humanos (EDH);
- **O Cogruppo sobre os Direitos da Criança** continuou a acompanhar permanente a situação dos direitos da criança em Portugal e no mundo. Manteve um boletim informativo regular e emitiu pareceres sobre legislação nacional que possa afetar especificamente os direitos da criança;
- **O Grupo de Estudantes da Escola Secundária de Ermesinde** continua a ser uma das Estruturas de jovens mais ativas. De destacar, a celebração do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), com vários dias de atividades, em que se difundiram os direitos humanos pela escola, com a promoção da Maratona de Cartas e a realização de *workshops* para alunos de vários anos;
- **O Grupo da Escola Superior de Saúde de Santarém** desenvolveu trabalho, não só na escola, mas em toda a região. Na participação na campanha “O Meu Corpo, os Meus Direitos”, celebrou o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres com uma conferência sobre Violência Sexual, convidando uma representante local da APAV para acrescentar qualidade ao debate;
- **O Grupo de Estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra** desenvolveu várias ações e projetos, além de manter o seu boletim, que chegou a todos os caloiros da Faculdade através dos *kits* entregues na receção aos novos alunos. Foi por iniciativa do grupo que a AI Portugal desenvolveu mais um projeto de fotografia participativa, com a comunidade cigana do Parque Nómada de Coimbra. O Grupo participou ainda com monitores no Campo de Trabalho para jovens e a sua Coordenadora foi uma das 2 representantes da AI Portugal no Encontro Europeu de Jovens Ativistas, em Varsóvia;
- **O Grupo de estudantes da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto** começou a sua atividade como Estrutura e em menos de meio ano já deixou marcas dentro e

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

fora da Faculdade. Além de uma ampla divulgação juntos dos colegas através de ações criativas como o Mercado Urbano, “aproveitando” os estudantes *Erasmus* para falar de direitos humanos, levou as campanhas “STOP Tortura!” e “O Meu Corpo, os Meus Direitos” a um espaço privilegiado de debate na cidade, dinamizando várias edições dos “Serões da Bonjóia”;

- **O Grupo de Estudantes da Universidade do Algarve, em Faro**, levou as campanhas globais à universidade, e colaborou em sessões de EDH por toda a região, tendo participado em eventos maiores, onde apresentou o seu trabalho e o da AI em geral, como foi o caso do VII Festival *e-Motion* e do Festival Mudanças;

- **O Grupo de Estudantes do Colégio de S. Miguel, em Fátima**, manteve dezenas de ativistas envolvidos ao longo do ano. Em 2014, realizou, tal como a AI Portugal, o seu concerto. O *Live Rights* contou com 2 bandas convidadas e juntou mais de 400 espetadores que puderam participar numa noite de festa, celebração dos direitos humanos e de ativismo, e com uma participação em massa na Maratona de Cartas;

- **O Grupo Local 6 / Porto** organizou pela primeira vez um Encontro de Estruturas destinado à região norte. Juntou cerca de 30 ativistas de 8 Estruturas que puderam mostrar o que de melhor têm feito. Além das atividades relacionadas com as campanhas, o Grupo mantém presença constante junto de escolas e universidades da zona, e realiza reuniões regulares abertas a todos;

- No ano do seu 25º Aniversário, o **Grupo Local 19 / Sintra** mostrou como pode uma Estrutura da AI perdurar tanto tempo e, ainda assim, parecer ter a dinâmica e entusiasmo de uma Estrutura acabada de criar. Além da celebração do aniversário, o Grupo lançou-se na empreitada há muito ambicionada de levar a sua Mostra de Documentários sobre direitos humanos mais longe: a “MOSTRA-ME” é agora uma marca registada que o Grupo promete levar a todo o país. Manteve também as suas formas distintivas de ação, como o trabalho com Indivíduos em Risco e junto das escolas da região. Essencial foi também a colaboração do Grupo na vinda a Portugal de Ponciano Nvó, advogado e defensor dos direitos humanos da Guiné Equatorial, que prestou um testemunho de viva voz sobre a situação no país. Encontros com deputados de todos os grupos parlamentares e com a bastonária da Ordem dos Advogados bem como com organizações da sociedade civil e uma conferência com ativistas fizeram parte da agenda, que decorreu na semana em que Guiné Equatorial aderiu à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

- 2014 foi o ano de passagem do **Núcleo de Coimbra a Grupo Local 35 / Coimbra** e este, desde logo, colocou a cidade a agir pelos direitos humanos. Destaca-se a presença regular nas escolas, em ciclos de debates e nos media, além das redes sociais, mas também ações de rua pela Síria, e contra a discriminação de género e a tortura e o trabalho em rede com outras associações no âmbito da Plataforma Anti-Transfobia e Homofobia, por exemplo. Para assinalar tanta mobilização, nada melhor do que participar numa das “Febradas” do Grupo, ações criativas que têm permitido chegar mais perto da comunidade estudantil. Mas o ponto alto do ano foi a Campanha “Direitos Humanos na Cidade” – cerca de 300 cartazes espalhados por toda a cidade pretenderam chamar os direitos humanos às conversas de todos;

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

- E se em Coimbra foi assim, o que dizer de Chaves, a mais recente cidade a ter um Grupo da AI? O **Grupo Local 36 / Chaves** fez questão de levar os direitos humanos bem a norte, fazendo incursões pela Galiza, em ações com grupos locais da AI Espanha, designadamente em Vigo e Lugo. O Grupo tem já desenvolvido ações junto das escolas da cidade, mantém uma coluna de opinião regular num jornal local, participa ativamente nas campanhas globais da AI com ações de rua e tertúlias e é uma presença reconhecida na Feira dos Santos, um evento local que atrai milhares de pessoas. Também o seu trabalho com Indivíduos em Risco, nomeadamente, no caso de Juan Almonte Herrera, tem envolvido toda a comunidade e outras Estruturas de Portugal e Espanha. Chaves é também a cidade onde os direitos humanos vão ao futebol. O Grupo Desportivo de Chaves e a sua claque aceitaram o repto e exibem uma faixa do Grupo em todos os jogos, dentro e fora “de casa”;

- Mais a Sul, o **Núcleo de Estremoz** mantém a sua intensa atividade, com forte incidência na EDH, em várias escolas da região. Localmente, são inúmeras as atividades de sensibilização para os vários temas e campanhas da AI, desde tertúlias, caminhadas, exposições e claro, o envolvimento do próprio município nas “Cidades pela Vida, Cidades Contra a Pena de Morte”;

- O **Núcleo de Viseu** intensificou a ação na cidade e na região, através da aposta em ações de EDH. Momento alto foi a chamada de atenção sobre a violência contra as mulheres. Uma tertúlia concorrida que contou com a presença da equipa de futebol feminino do Viseu 2001. Por Viseu andou também a bateria da AI Portugal, levando os “Sons da Tortura” a toda a população, numa mescla de música e ativismo que contou com a colaboração do percussionista João Lugatte;

- Também o ativismo jovem esteve em grande em 2014. A **ReAJ – Rede de Ação Jovem** marcou presença em várias ações da AI Portugal, levando as campanhas e temas da AI às ruas de forma criativa e dinâmica. “As Janelas da Morte”, a “Roda dos Direitos”, entre outras, foram algumas das ações que contaram com a mobilização de centenas de jovens e menos jovens.

Encontro de Estruturas O Encontro de Estruturas de 2014 decorreu em Lisboa, com a participação de 38 ativistas e de 15 Estruturas. As campanhas globais estiveram em destaque, nomeadamente a campanha “O Meu Corpo, os Meus Direitos”, com a presença de um convidado internacional da AI, Miguel Martín.

Ativismo Individual Uma nota também para a participação de dezenas de ativistas que ajudaram a AI a concretizar as suas ações em 2014. Desde os membros dos nossos órgãos sociais, aos que nos ajudaram, diariamente na sede, em todos os momentos e, em especial, na Maratona de Cartas, como todos aqueles que se juntaram a ações de rua.

Para aumentar mais a participação ativa de todos e esclarecer quem quis conhecer de perto o trabalho da AI, continuámos ao longo de 2014 as sessões destinadas a membros, apoiantes e ativistas. Estivemos em Braga, no Porto, Covilhã, Coimbra e Lisboa, juntando cerca de 150 pessoas.

2. 2014: UM ANO DE SUCESSOS MAS TAMBÉM DE MUITOS DESAFIOS

JANEIRO

Nova Lei de Asilo em Portugal A AI Portugal participou na revisão da lei na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, no parlamento, e reuniu-se com o Secretário de Estado da Administração Interna para apresentar as suas propostas de alteração. A Amnistia Portugal assinala positivamente o facto de a detenção de menores e a possibilidade de se devolver um candidato a refugiado ao país de origem durante a pendência do processo não constarem do texto final mas questionou a possibilidade de alargamento da detenção.

Juntos mudámos a lei da violação em Marrocos! O parlamento marroquino aprovou de forma unânime a reforma da lei da violação no país, impedindo os violadores de poderem escapar à punição, forçando as vítimas a casarem-se com eles. Esta mudança legislativa seguiu-se a uma incansável campanha em defesa da família de Amina Filali (na foto), que se suicidou em 2012, depois de ser obrigada por lei a casar com o homem que ela acusou de a ter violado. Legislação similar - que protege os violadores- existe na Tunísia e na Argélia, e continuaremos a lutar para as modificar, no âmbito da campanha “O Meu Corpo, os Meus Direitos”!

FEVEREIRO

Criminalização da Mutilação Genital Feminina em Portugal No âmbito da discussão parlamentar em torno da criminalização autónoma da mutilação genital feminina (MGF), a AI Portugal apresentou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias um conjunto de recomendações. Estima-se que a MGF afete 3 milhões de mulheres e raparigas todos os anos, estando Portugal identificado pela OMS como um dos 13 países em risco na Europa. A Amnistia Internacional (AI) tem sido uma das organizações a promover campanhas pela erradicação da MGF, quer a nível europeu, quer a nível mundial.

Defendemos os direitos humanos em antecipação aos Jogos Olímpicos de Inverno de Sotchi, na Rússia Em antecipação aos Jogos Olímpicos de Sotchi, a 7 de fevereiro, na Rússia, mais de 336.000 apoiantes da Amnistia Internacional oriundos de 112 países ergueram-se em defesa dos direitos humanos no país. Juntos instámos o Presidente Vladimir Putin a pôr fim à repressão da liberdade de expressão no país.

MARÇO

“O Meu Corpo, os Meus Direitos” A Amnistia Internacional lançou a campanha global “O Meu Corpo, os Meus Direitos”, para a promoção e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, desrespeitados em muitos países e assim afetando a vida de milhões de pessoas. Esta campanha visa também dar um

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

enfoque particular aos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos na agenda pós-2015 do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Cerca de 280.000 pessoas pelo mundo inteiro apelaram aos seus governos para que protejam os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens, numa iniciativa integrada. O Secretário-Geral da AI, Salil Shetty, entregou as assinaturas ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, em Nova Iorque.

Dissemos “Não” à lei anti-homossexualidade no Uganda Apoiantes da AI participaram no Dia de Ação Global Contra a lei anti-homossexualidade no Uganda. Mais de 86.000 pessoas assinaram a petição apelando ao Presidente ugandês, Yoweri Museveni, para vetar o diploma. A nova lei foi declarada nula em agosto – o que constitui uma significativa vitória. Temos a expectativa de que este passo se traduza em melhorias reais para a comunidade *gay*, lésbica, bissexual, transgénero e intersexual no Uganda, há demasiado tempo “encurralada” num ciclo vicioso de discriminação, ameaças, abusos e injustiça.

ABRIL

Revisão Periódica Universal de Portugal na ONU Uma análise ao impacte das medidas de austeridade sobre os direitos humanos, a questão da tortura, maus-tratos e uso excessivo da força pelas forças de segurança e as condições das prisões, designadamente a sobrelotação, foram alguns dos temas abordados pela Amnistia Internacional, no âmbito deste processo, que se iniciou a 30 de abril na ONU. A discriminação racial e a coação por casais do mesmo sexo, bem como a criação de um Plano Nacional de Direitos Humanos integraram também a lista de temas destacados pela AI.

Estamos todos #WithSyria Milhares de ativistas juntaram-se em mais de 40 países para assinalar o 3º aniversário do conflito na Síria. Acendemos velas, libertámos balões vermelhos e exigimos juntos a prestação de ajuda a todos os sírios em necessidade. Em abril, a AI apresentou aos países membros do Conselho de Segurança da ONU mais de 140.000 assinaturas instando a fim imediato do sofrimento de todos os civis cercados pelos combates na Síria.

MAIO

Visita do Secretário-Geral da AI a Portugal Salil Shetty esteve em Lisboa, na primeira visita de um Secretário-Geral da AI a Portugal em quase 20 anos. Um encontro com o Primeiro-Ministro em S. Bento e uma conferência sobre a Europa na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foram dois dos momentos altos da agenda do Secretário-Geral, que fez também questão de assinalar os 40 anos da democracia portuguesa no país que, de acordo com o fundador da AI, esteve na génese da organização.

Aproximámo-nos da verdade no Sri Lanka A ONU aprovou a criação de uma comissão de inquérito independente para investigar potenciais crimes cometidos pelas forças de segurança, assim como por grupos armados no Sri Lanka, no final da guerra civil no país. A decisão surgiu após vários anos de esforços desenvolvidos por apoiantes da Amnistia Internacional, incluindo através da campanha #TellTheTruth. A investigação da ONU traz uma nova esperança para milhares de sobreviventes de tortura, raptos e outros abusos.

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

JUNHO

Curso de Verão de Direitos Humanos em Portugal Sob o mote “Crise Económica: Crise de Direitos Humanos?”, a AI Portugal, em parceria com o Instituto Europeu e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa organizaram a primeira edição do Curso de Verão de Direitos Humanos. Convidados nacionais, peritos da ONU e representantes da *Oxfam Europe* e da Amnistia Internacional Espanha foram alguns dos oradores.

Hakamada Iwao foi libertado ao fim de 45 anos na prisão Hakamada Iwao, de 78 anos, foi libertado da prisão no Japão após um esforço de campanha intenso por parte da Amnistia e outras organizações. Hakamada Iwao passara a maior parte da sua vida no corredor da morte, a aguardar execução, tendo sido condenado por homicídio em 1968. Em março, um tribunal anulou a sentença e ordenou novo julgamento, sugerindo que as provas tinham sido forjadas. O caso de Hakamada Iwao constitui um renovado alerta para a necessidade urgente de abolição da pena de morte em todo o mundo.

JULHO

Direitos humanos na Guiné Equatorial O advogado e professor de Direito Ponciano Nvó esteve em Portugal, a convite da AI Portugal e em colaboração com o Grupo Local de Sintra, onde prestou um testemunho de viva voz sobre a situação de direitos humanos na Guiné Equatorial. Encontros com deputados de todos os grupos parlamentares e com a bastonária da Ordem dos Advogados, e uma conferência com ativistas fizeram parte da agenda da visita, que decorreu na semana em que a Guiné Equatorial aderiu formalmente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Meriam Ibrahim foi ilibada da condenação à morte Meriam Ibrahim, uma mulher cristã que fora condenada à morte no Sudão, foi libertada em junho e chegou à Europa no mês seguinte. Mais de um milhão de pessoas no mundo inteiro assinaram o apelo da Amnistia pela sua libertação. Meriam tinha sido condenada por “apostasia” por se ter afirmado como cristã quando o seu pai é muçulmano, e por “adultério”, dado ter casado com um cristão. Meriam estava grávida de 8 meses quando foi condenada, e foi forçada a ter o parto acorrentada, na sua cela na prisão.

AGOSTO

Bateria deu sons à campanha “STOP Tortura!” Os sons da bateria da Amnistia Portugal, no âmbito da campanha global “STOP Tortura!” ecoaram por Lisboa, Viana do Castelo e Viseu. Construída com objetos do quotidiano muitas vezes usados para torturar – funis, facas, baterias de carros – este *kit* de percussão evoca a brutalidade das práticas de tortura, no ano em que se assinalou 30º aniversário da aprovação pela ONU da Convenção contra a Tortura.

Apoiantes da Amnistia Internacional por todo o mundo encheram as ruas no **Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura**. Estas ações decorreram no âmbito da campanha “STOP Tortura!”

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

lançada com a revelação de que 44% das pessoas em todo o mundo receiam ser torturadas se detidas pelas forças de segurança. Logo no arranque na campanha, quase 350.000 pessoas de 117 países assinaram a petição em que se exigia justiça para a sobrevivente de tortura Claudia Medina, do México.

SETEMBRO

Portugal ratificou o Tratado sobre o Comércio de Armas Portugal ratificou o Tratado sobre o Comércio de Armas Convencionais, juntamente com mais 7 países, ultrapassando-se assim as 50 ratificações necessárias para a entrada em vigor. O documento – pelo qual a AI se batia há mais de 20 anos – visa travar o fluxo de armas para países onde podem ser usadas para cometer crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, e passa a vincular os Estados a normas claras que, espera-se, contribuirão para poupar milhões de vidas e proteger os direitos humanos em todo o mundo.

Até ao final de 2014, 60 países tinham já ratificado o **Tratado sobre o Comércio de Armas**. Este documento crucial de regulação do negócio internacional de armamento, cujas regras podem salvar vidas no mundo inteiro, entrou em vigor ainda em 2014, a 24 de dezembro.

OUTUBRO

Portugal eleito membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU Portugal foi eleito membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o triénio 2015-2017. A AI Portugal congratula-se com a notícia, mas espera que sejam concretizados todos os compromissos assumidos pelo país no decurso da candidatura e que Portugal passe “da teoria à prática”, dando concretização efetiva aos textos dos tratados e colmatando as lacunas nacionais no que toca à sua implementação. Insta também o Estado português a encarar o seu estatuto como membro do Conselho como mais uma forma de promover os direitos humanos noutros países, designadamente nos de língua oficial portuguesa, como Angola e Guiné Equatorial.

Defendemos os manifestantes pró-democracia em Hong Kong Cerca de 510.000 pessoas participaram numa marcha de protesto para assinalar o 17º aniversário da passagem de soberania de Hong Kong para a China. Centenas foram detidas e 25 manifestantes foram investigados pelas autoridades. Apoiantes da Amnistia Internacional pelo mundo inteiro apelaram às autoridades de Hong Kong para que fossem retiradas as acusações contra estes manifestantes pacíficos.

NOVEMBRO

Stop Bullying! No mês em que se assinalou o 25º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, teve início um novo projeto no âmbito das “Escolas Amigas dos Direitos Humanos” da AI Portugal. A secção portuguesa juntou-se às secções de Itália, Irlanda e Polónia, numa candidatura vencedora ao programa europeu *Daphne III*. Até 2016, todas as “Escolas Amigas dos Direitos Humanos” dos 4 países vão poder participar neste programa internacional, que visa uma abordagem baseada nos direitos humanos para combater a discriminação nas escolas.

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

A sentença de morte contra Li Yan foi anulada na China Numa decisão histórica, o Supremo Tribunal da China anulou a condenação à pena de morte que fora formulada contra Li Yan pelo homicídio do seu marido, ao fim de meses de abusos e violência doméstica. Esta decisão seguiu-se a uma intensa campanha de ativistas da AI pelo mundo inteiro.

Exigimos um embargo de armas a Gaza e a Israel As populações de Israel e dos Territórios Palestinos Ocupados sofreram terrivelmente durante o conflito de 50 dias em Gaza. Muitas das armas que alimentaram esta violência e destruição provinham de fornecedores estrangeiros. É por isso que instamos as Nações Unidas a imponham um embargo de armas a Israel, ao Hamas e a todos os grupos armados palestinos em Gaza. Em 2015, vamos apelar a que todas as partes envolvidas no conflito sejam responsabilizadas por violações da lei internacional.

DEZEMBRO

Maratona de Cartas e *Live Freedom III* A 3ª terceira edição do *Live Freedom* realizou-se mais uma vez a 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, para promover a “Maratona de Cartas” da Amnistia Internacional. Com apresentação do humorista Ricardo Araújo Pereira e a participação das bandas Xutos & Pontapés e Linda Martini, o espetáculo centrou-se em 4 casos de violações de direitos humanos, que reuniram 146.279 mil assinaturas em Portugal.

Malala Yousafzai recebe o prémio Nobel da Paz A ativista pelo direito à educação e Embaixadora de Consciência da Amnistia Malala Yousafzai, juntamente com o ativista de direitos das crianças, Kailash Satyarthi, recebem o prémio Nobel da Paz. “O trabalho de Kailash Satyarthi e de Malala Yousafzai representa a luta e os esforços de milhões de crianças por todo o mundo”, frisou o Secretário-Geral da Amnistia, Salil Shetty. “Este é um prémio para os defensores de direitos humanos que se dedicam de corpo inteiro à promoção da educação e dos direitos das crianças mais vulneráveis no mundo”, rematou.

4. ESCOLAS AMIGAS DOS DIREITOS HUMANOS

O projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos (EADH) continuou a ser implementado nas 5 escolas que tinham aderido em 2013 (ver abaixo) e no ano letivo 2014-2015 foi alargado a uma 6ª escola, na zona do Alentejo, ampliando o âmbito geográfico do projeto.

O primeiro ano do projeto, que agora envolve cerca de 2.300 jovens, foi importante para a Amnistia Portugal e para as escolas envolvidas se conhecerem e perceberem como podem melhor colaborar

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

para implementar e atingir os objetivos a que a iniciativa se propõe. Várias ações com o objetivo de analisar a realidade das escolas e determinar os pontos onde a intervenção do projeto será prioritária tiveram prioridade. Organizaram-se também *workshops* com alunos, dando resposta a temas considerados mais pertinentes pelas escolas, como a violência, *bullying*, discriminação e igualdade de género, assim como sobre os temas das campanhas globais da AI, “ O Meu Corpo, os Meus Direitos” e “STOP Tortura!”.

As 6 escolas participaram na Maratona de Cartas de 2014, tendo recolhido mais de 17.000 apelos, o que representa cerca de 12% do total de apelos recolhidos.

Para consolidar o projeto, foi alocado um elemento da equipa executiva a tempo inteiro em julho, por forma a acompanhar as Escolas Amigas desde o início no ano letivo 2014-2015.

Também em 2014, a AI Portugal, em colaboração com as secções da Amnistia de Itália, Polónia e Irlanda e com o apoio do Secretariado Internacional, venceu uma candidatura europeia para um financiamento às Escolas Amigas dos Direitos Humanos (*Daphne III*, 2014-2016), para o projeto *Stop Bullying! - uma abordagem baseada nos direitos humanos para combater a discriminação nas escolas*. Conforme constava da candidatura, foram admitidas duas pessoas na equipa executiva em outubro, para desenvolver especificamente este projeto.

O projeto *Stop Bullying!* foi apresentado a todas as EADH no início do ano letivo, tendo sido integrado no plano de atividades para os próximos anos, a par das atividades que já decorrem no contexto do dia-a-dia das escolas no sentido de se tornarem “amigas dos direitos humanos”.

As “Escolas de Amigas dos Direitos Humanos”:

1. Agrupamento de Escolas do Levante da Maia (Maia, Porto)
2. Escola Secundária Dr. Serafim Leite (S. João da Madeira, Aveiro)
3. Escola EB 2,3/S Pedro Ferreiro (Ferreira do Zêzere, Santarém)
4. Escola Secundária Gama de Barros (Cacém, Lisboa)
5. Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos (Vila Franca Xira, Lisboa)
6. Escola Secundária Rainha Santa Isabel (Estremoz)

5. ATIVIDADE INTERNACIONAL DA AI PORTUGAL

- Em 2014, a AI Portugal continuou a colaborar em grupos de trabalho constituídos em fevereiro de 2013 no decurso da Assembleia Anual de Presidentes e do Encontro de Diretores, integrados pelas secções de Espanha, Irlanda, Grécia, Itália e Áustria, bem como por elementos do Secretariado Internacional e do Escritório Europeu da AI, para discussão de temas como o impacte da crise económica e das políticas de austeridade sobre os direitos humanos;

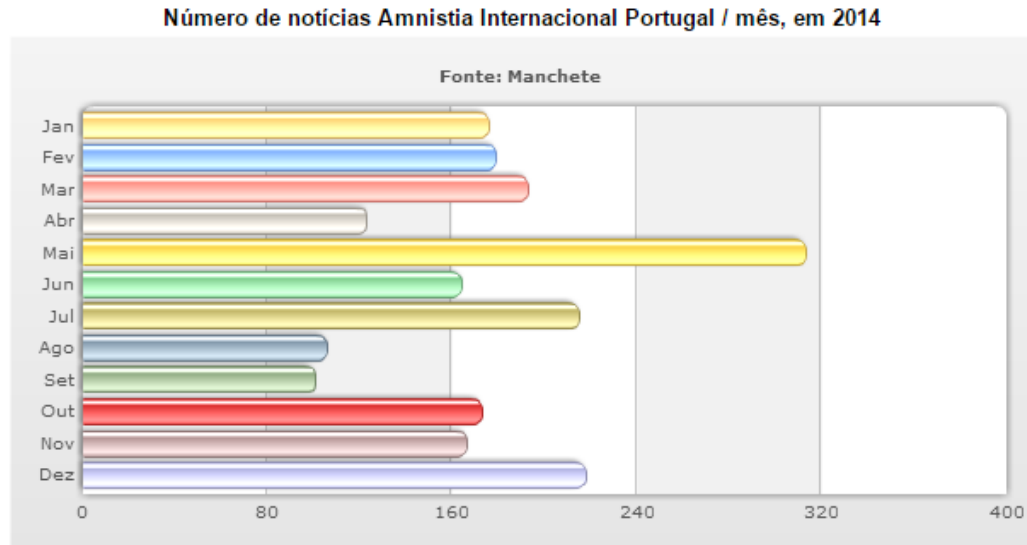
**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

- Também em 2014, foi concedido pela AI Portugal um empréstimo para o orçamento internacional de 2015 no montante de 150 mil euros, negociado com o *Internacional Fundraising Team* do Secretariado Internacional;
- Em setembro de 2014, foi celebrado um Memorando de Entendimento entre a AI Portugal e o SI para envio de um membro da equipa (Thomas Holland) para substituição da Diretora de Angariação de Fundos durante sua licença de maternidade (setembro 2014-fevereiro 2015);
- Constitui-se uma parceria de trabalho com o Escritório Europeu com vista à participação da secção portuguesa, juntamente com outras duas secções, no programa de avaliação da implementação dos *Core Standards* (Outubro 2014);
- Também em 2014, celebrou-se a parceria da AI Portugal no âmbito das “Escolas Amigas dos Direitos Humanos” com as secções de Itália, Irlanda e Polónia - com o apoio do Secretariado Internacional - para candidatura ao programa de financiamento europeu *Daphne III* (2014-2016) atribuído às 4 secções, sob o tema *Stop Bullying! - uma abordagem baseada nos direitos humanos para combater a discriminação nas escolas*.

6. COMUNICAÇÃO

Em 2014, foram publicadas 2.127 notícias com referência à Amnistia Internacional Portugal, o que representa um aumento de 18 % em relação ao ano anterior (1.736). Os períodos com maior número de notícias publicadas coincidiram com 3 momentos de importantes ações. O primeiro foi em maio, aquando da visita de Alto Nível do Secretário-Geral da Amnistia, Salil Shetty, a Lisboa. Também contribuíram para este resultado o caso do rapto das meninas de Chibok, pelas milícias Boko Haram, na Nigéria, e o processo da condenação à morte de Meriam Ibrahim, no Sudão. O segundo momento alto coincidiu com a visita do advogado e defensor de direitos humanos da Guiné-Equatorial, Ponciano Nvó, a Lisboa, a convite da AI Portugal em colaboração com o Grupo Local 19/Sintra. O terceiro momento deu-se novamente em dezembro, mês por excelência da Maratona de Cartas e da realização do concerto *Live Freedom III*.

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional



Durante 2014, mantivemos também a aposta nas plataformas digitais, sobretudo através do *site*, *Facebook* e *Twitter*. Continuou a comunicação regular com os membros e apoiantes através de *email* e também da revista AGIR. Casos de grande impacte mundial já referidos, como o do rapto das meninas de Chibock, na Nigéria, e a condenação à morte da sudanesa Meriam Ibrahim contribuíram para que a AI Portugal conseguisse mobilizar um elevado número de pessoas nas plataformas sociais. O número de visitas ao *site* duplicou em relação a 2013 e o de pessoas que interagiram com a AI Portugal nas redes sociais cresceu: no *Facebook*, houve um aumento de 72% nos *likes*, e no *Twitter* o número de seguidores cresceu 13%. Também o número de *tweets* e *retweets* quase triplicou.

SITE

	2013	2014
Visitas	150 584	310 806
Visitantes únicos	103 292	236 999
Nº de páginas visualizadas	392 946	685 121
Novas visitas	101 248	234 643

FACEBOOK

Número de seguidores da página:

A 31 de dezembro de 2013 = 42.286

A 31 de dezembro de 2014 = 61.296

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

POSTS MAIS BEM-SUCEDIDOS:

Petição por Meriam Yehya Ibrahim, grávida de 8 meses e condenada à morte no Sudão (16 de maio de 2014)

4.978 *likes*

20.809 partilhas

1.522.688 pessoas receberam o *post*

49.616 pessoas assinaram a petição.

Petição para resgatar as meninas raptadas pelo Boko Haram, na Nigéria (7 de maio de 2014)

1.912 *likes*

13.756 partilhas

968.704 pessoas receberam o *post*

14.259 pessoas assinaram a petição

Petição por Moses Akatugba, da Nigéria, condenado à morte por um crime alegadamente cometido quando era menor (19 de dezembro de 2014)

772 *likes*

1.451 partilhas

193.728 pessoas receberam o *post*

44.389 pessoas assinaram a petição

TWITTER

Número de *Tweets e Retweets*:

A 31 de dezembro de 2013 = 373

A 31 de dezembro de 2014 = 1.076

Número de seguidores:

A 31 de dezembro de 2013 = 3.021

A 31 de dezembro de 2014 = 3.475

7. ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

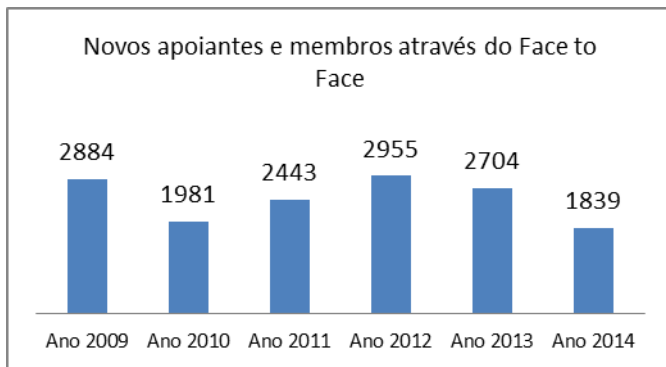
Face to Face

Ao longo de 2014, o projeto *Face to Face* decorreu em 5 cidades: Braga, Porto, Aveiro, Leiria e Lisboa. Contou com 64 colaboradores em duas equipas fixas de recrutadores, ao longo de 8 meses. Durante todo o ano, inscreveram-se novos 1.839 membros e apoiantes através do *Face to Face*, o número mais baixo de sempre desde o início do projeto, em 2006. Depois de um primeiro período em

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

2014 com resultados muito baixos (fevereiro a junho, com uma média de 212 entradas mensais), apostámos em estratégias para recuperar os resultados no segundo período. Conseguimos melhores resultados por mês (entre setembro e dezembro a média subiu para as 253 entradas mensais). Essencialmente, inovámos na formação dos recrutadores e nos materiais utilizados, e envolvemos alguns colaboradores no *Skillshare* Europeu da Amnistia Internacional na área de Angariação de Fundos, que em 2014 decorreu em Lisboa.

Em 2014, comemorámos também o 10º aniversário deste importante projeto em Portugal, que permite à Amnistia chegar ao público geral, através da sensibilização e angariação de fundos, assegurando simultaneamente a sua independência em matéria de receitas.



Voice to Voice

O *Voice to Voice* é um projeto de angariação de fundos e de comunicação/ relação com membros e apoiantes, realizado em muitas seções da Amnistia Internacional. Neste projeto, pretendemos alcançar diferentes objetivos, designadamente:

- Fidelização, ou seja, envolvimento dos membros/ apoiantes/ doadores, com contacto inicial de boas vindas, esclarecimento de dúvidas, confirmação de dados de registo e sensibilização para o ativismo, através da divulgação das campanhas e ações de direitos humanos levadas a cabo pela secção;
- Apoio à gestão de dados, isto é, inserção e manutenção de dados ou débitos mensais;
- Captação de fundos e de novos membros e apoiantes (testada internamente e pela primeira vez em agências externas em 2014), ou seja, contacto com os registos incompletos recolhidos pelo *Face to Face*, reativação de ex-membros e apoiantes ou aumento de donativo mensal.

Ao longo de 2014, os resultados obtidos internamente são inferiores a 2013, sobretudo pela instabilidade na equipa e reduzido número de operadores.

Tendo em conta a necessidade de crescimento, diversificação de métodos de angariação de fundos e a situação financeira da secção, foram realizados no final de 2014 dois testes com agências externas - com formação e supervisão da coordenadora do *Voice to Voice* da AI Portugal - no sentido de testar a conversão em membros e apoiantes regulares de ativistas que assinaram petições da AI. Esta abordagem é utilizada noutras secções da AI, e, em Portugal, por organizações como a Unicef e a

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

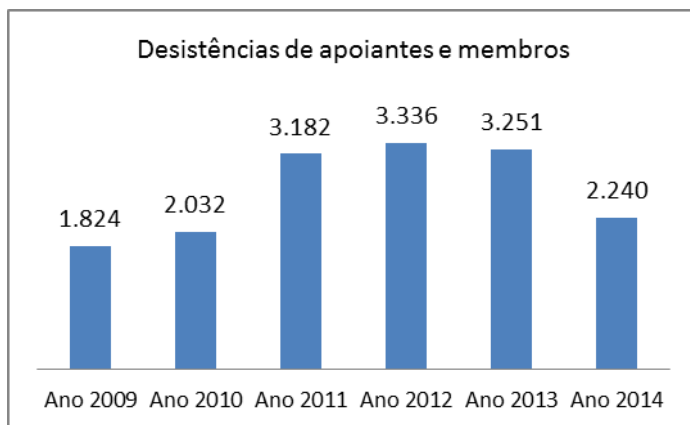
AMI. Os resultados superaram as expectativas, tendo sido angariados novos 42 apoiantes em apenas 9 dias, contactos estes que tiveram origem na Maratona de Cartas 2014. Os resultados gerais de 2014 estão apresentados na tabela seguinte, com indicação de variação em relação a 2013:

Campanhas “Voice to Voice”	Resultados 2014	Variação em relação a 2013
Boas Vindas	1.138	-33%
Incompletos do Face to Face	65	-33%
Aumento de donativo	67	-21%
Reativação	47	Não realizado
Correção de registos inativos	70	-18%
Novos apoiantes internos	24	Valor igual, sem variação
Novos apoiantes agência (teste em dezembro – 9 dias)	42	Não realizado

Fidelização

Uma das prioridades estratégicas da secção ao nível do crescimento é a fidelização de quem nos apoia financeiramente. Para além de um *kit* informativo de boas vindas, enviamos também um SMS e *email* de agradecimento, e contactamos por telefone todos aqueles que optam por ajudar a AI. Toda a visibilidade e meios de comunicação utilizados regularmente são também importantes formas de comunicação e apelo ao ativismo, em que procuramos inovar cada vez mais (redes sociais, *emails*, revista, prestação de contas, calendário de atividades, entre outros).

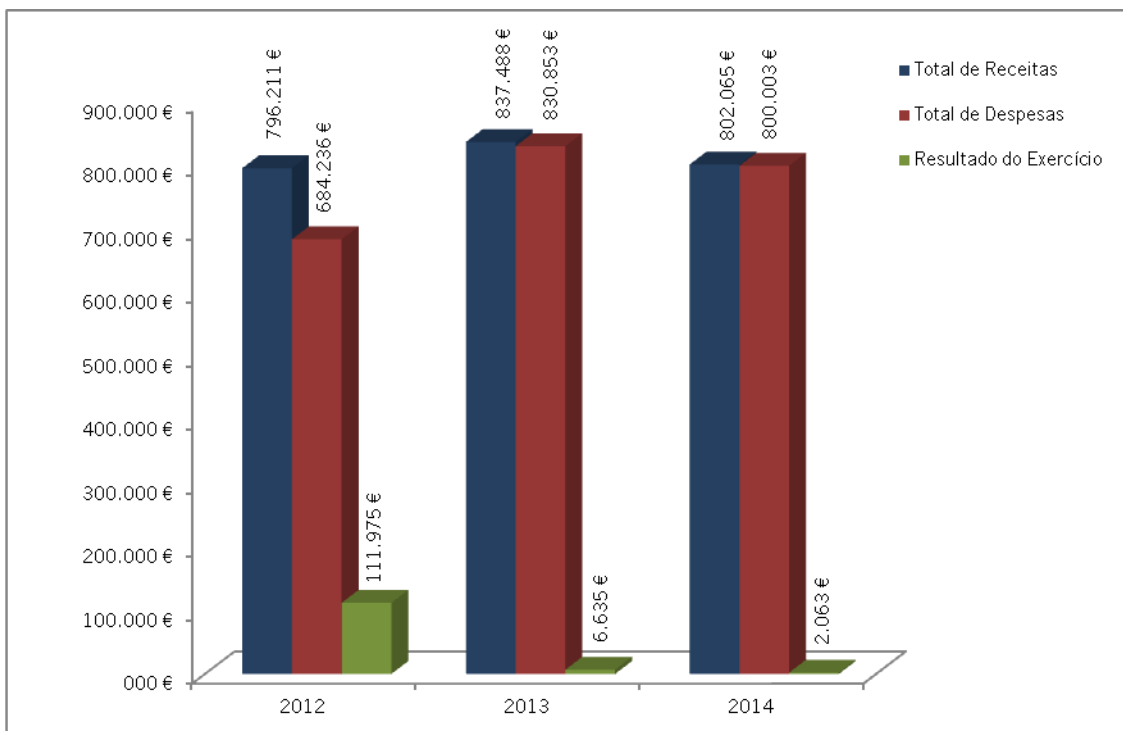
Como podemos ver no quadro seguinte, o impacte destas estratégias é muito positivo: o número de desistências de apoiantes e membros em 2014 foi o mais baixo desde 2011, tendo-se verificado uma descida de 31% relativamente às desistências em 2013.



8. FINANÇAS

Evolução da situação financeira

A AI Portugal terminou o exercício de 2014 com um resultado líquido positivo de € 2.063.



Como se pode observar, verificou-se um decréscimo (4%) quer nas receitas, quer nas despesas da secção, se compararmos com 2013.

Contudo, comparando com o exercício de 2012, observa-se um crescimento de 1% nos ganhos e de 17% nos gastos.

Este resultado ficou abaixo em 43% em relação ao previsto (€ 3.597). No ano passado, ocorreu uma clara redução ao nível das receitas provenientes de quotas e donativos de membros e apoiantes e da consignação de 0,5% de IRS.

Por outro lado, reforçou-se o trabalho da secção em várias áreas como Campanhas e Ativismo, Comunicação e Imagem e Educação para os Direitos Humanos, com impacte ao nível dos custos.

Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional

	2014	2013	Variação	
Educação para os Direitos Humanos	32.644 €	22.513 €	10.131 €	45%
Contribuições para o Movimento Internacional	112.664 €	107.216 €	5.448 €	5%
Comunicação e Imagem	115.645 €	94.583 €	21.062 €	22%
Campanhas e Ativismo	133.518 €	129.068 €	4.450 €	3%
Gestão e Administração Interna	192.562 €	228.224 €	-35.662 €	-16%
Fidelização e Crescimento	212.652 €	248.949 €	-36.297 €	-15%
Total	799.685 €	830.553 €	-30.868 €	-4%

Em termos de tesouraria, 2014 terminou com disponibilidades no montante de 491.671 euros, um aumento de 2,2% face ao ano anterior. Tais disponibilidades devem ser objeto de reflexão no que se refere a uma política de reservas e de decisão em termos de investimento, quer a nível nacional, quer no orçamento internacional.

Responsabilização e Transparência

Tem sido preocupação da secção elaborar análises financeiras regulares, para acompanhar as receitas e despesas, procurando garantir a estabilidade que permita um trabalho eficaz nas ações e campanhas globais e nacionais.

Ao longo de 2014, continuámos a promover as boas práticas de prestação e transparência de contas. As contas foram sujeitas a uma auditoria externa, por uma sociedade independente de Revisores Oficiais de Contas.

Após aprovação em Assembleia Geral, as contas são tornadas públicas, desde logo no sítio da AI Portugal e, no cumprimento dos deveres enquanto pessoa coletiva de utilidade pública, são também remetidas à Presidência do Conselho de Ministros.

São reportadas ao SI, através de relatórios trimestrais no âmbito do COCOA (*Common Chart Accounts*).

E, não menos importante, a informação financeira é disponibilizada a todos os membros e apoiantes da AI Portugal.

Contabilidade COCOA

Pretende-se que todas as secções reportem ao SI a sua informação financeira segundo um quadro de contas comum. Integrado na diretriz “One Financial Amnesty”, tem como objetivo uma comunicação coerente e uma informação financeira transparente e comparável no movimento.

**Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República 2006 – AI Portugal
Prémio Nobel da Paz 1977 – Amnistia Internacional**

O processo de implementação envolveu adaptações ao programa de contabilidade, ajustes à base de dados e implicou alterações profundas no *modus operandi* com adoção de um plano de contas e um plano de centros de custo paralelos aos existentes na secção. A contabilidade complexificou-se com a necessidade de classificar os documentos de acordo com vários planos e critérios.

Além do orçamento em versão COCOA, foram entregues relatórios trimestrais ao SI com os respetivos resultados, bem como indicadores financeiros e não financeiros, análise de desvios e comentários, quer ao nível das receitas, quer ao nível das despesas, entre outras informações.